

Jornal Notícias 07-12-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Transportes
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	697 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	150515	Página (s):	6

Inquérito

“Há indícios de que Portugal foi plataforma para voos da CIA”

- ▶ A maioria dos estados-membros não colaborou e eurodeputados não conseguiram “provas evidentes” de ilegalidades
- ▶ Carlos Coelho teme que investigações nacionais não terminem antes de Janeiro e Ana Gomes aponta pistas concretas

 Alexandra Marques

A Comissão Temporária de Inquérito aos voos da CIA, do Parlamento Europeu, não teve sala na Assembleia da República para se reunir com os deputados portugueses (ler texto ao lado) e saiu da audiência de hora e meia com o ministro dos Negócios Estrangeiros, (MNE) com a convicção de que Portugal foi usado como ponto de escala por aeronaves particulares, militares e civis que poderão ter transportado passageiros para a base militar norte-americana de Guantanamo, em Cuba.

“Tenho elementos para pensar que há indícios de que Portugal funcionou como uma plataforma dos voos clandestinos da CIA. Se houve ilegalidades em território nacional ou não, não sei”, disse a eurodeputada socialista, Ana Gomes, após o encontro com o MNE, na rua, já que os jornalistas foram impedidos de entrar no recinto do Palácio das Necessidades.

A mesma ideia foi salientada pelo presidente da Comissão, o social-democrata Carlos Coelho, ao referir não existirem “provas evidentes” de violação à lei nos voos, o que seria possível se houvesse uma lista com a identidade dos

passageiros.

O eurodeputado congratulou-se, por isso com a entrada em vigor, a 13 de Outubro do código de regulação de fronteiras comunitário que torna obrigatória a lista de passageiros dos voos civis não comerciais- os táxis aéreos- como frisou de manhã, o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Manuel Palos, depois de reunir com os eurodeputados.

Tripulantes dormiram cá

Segundo Carlos Coelho, Amado reiterou não ter conhecimento de que voos ilegais da CIA com prisioneiros a bordo tenham passado por Portugal. Porque as listas de passageiros “dedutivas”, - feitas por dedução em pistas - não o podem comprovar.

Coelho afirmou ainda que Amado disse caber à Comissão “fazer o ónus da prova” de ilegalidades e não poder adiantar nada, pelo dever de confidencialidade a que está obrigado sobre as investigações em curso.

Como o relatório é aprovado pela Comissão, em Janeiro e em Fevereiro em Estrasburgo, Coelho teme que as pesquisas não sejam concluídas em tempo útil.

Ana Gomes concordou que o sigilo não deve ser violado e até evocou contributo do Governo ao fornecer os formulários de tráfego dos voos suspeitos.

A eurodeputada que está hoje na reunião do PSE, no Porto - não se conforma, contudo, por haver tantas pistas não investigadas. Tripulantes que ficaram em hotéis portugueses e um deles ter um mandado de captura internacional. De haver “voos de Estado, à entrada de Portugal isentos de taxas que saíram do país como voos privados” e não se saber se 75% dos 350 voos militares que os EUA fazem por ano sobre Portugal, têm por destino ou origem a base de Guantanamo.

Coelho também agradeceu ao MNE: “Outros recusaram o nosso convite”. Já tinha antes reconhecido a “falta de cooperação da maioria dos estados-membros”. ◀

Parlamento negou sala

▶▶ A delegação da Comissão Temporária de Inquérito aos voos clandestinos da CIA chegou ao Parlamento

e não tinha uma sala aberta para se reunir com os deputados. Porque ninguém pediu autorização a Jaime Gama a a sala do Senado estava fechada. Segundo Osvaldo Castro, do PS, Carlos Coelho pediu-lhe que a reunião fosse com a primeira Comissão - a que o socialista preside - e a de Negócios Estrangeiros, chefiada por José Luís Arnaut, do PSD. Como o PCP estava em jornadas parlamentares, poderia ser um encontro informal, mas só se Bernardino Soares desse o aval. Tudo bem. Arnaut estava em Timor e edelegou a missão no líder parlamentar do PSD, Marques Guedes que falou com o seu homólogo do PS, Alberto Martins. Mas não pediram autorização a Jaime Gama. Ao perceber isso, os socialistas retornaram à sua sala, à espera da comitiva. Marques Guedes levou-os para uma do PSD, depois do BE ter oferecido uma. Os socialistas não foram e foi a delegação a passar por lá. Durante cinco minutos. ◀



Jornal Notícias	Periodicidade:	Diário	Temática:	Transportes
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	697 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	150515	Página (s):	6

07-12-2006



Presença ilegal de aviões ao serviço da CIA em Portugal é um indício admitido pelos eurodeputados

PCP suspeita de conivência

»» O líder parlamentar do PCP, Bernardino Soares, afirmou, ontem, na Guarda, que a recusa de esclarecimentos sobre os voos da CIA em território nacional, por parte dos ex-governantes Figueiredo Lopes e Paulo Portas, configura uma situação de "conivência" com "actividades criminosas".

"Essas recusas apontam, no mínimo, para a conivência deste e dos anteriores governos em relação a actividades criminosas que não podem existir num país democrático como o nosso", declarou Bernardino Soares na conferência de Imprensa que encerrou dois dias de Jornadas Parlamentares no distrito da Guarda.

O dirigente comunista enfatizou que a utilização do espaço aéreo nacional "para o sequestro de suspeitos para campos de detenção ilegais e posterior tortura" constitui "um acto gravíssimo".

Apurar responsabilidades

Em resposta à alegada ausência de esclarecimento cabal sobre os voos da CIA, o PCP anunciou que vai apresentar, na Assembleia da

Jornal Notícias 07-12-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Transportes
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	697 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	150515	Página (s):	6

República, um projecto de resolução. Objectivo: "O total esclarecimento dos factos e o apuramento das responsabilidades políticas ouvindo, nomeadamente, o secretário-geral dos Serviços de Informações".

O PCP vai ainda apresentar, no Parlamento, um projecto de lei que garanta mecanismos de efectivo controlo democrático da actividade dos Serviços de Informações "em face da inutilidade e ineficácia do actual sistema de fiscalização".

Bernardino Soares esclareceu que os novos mecanismos permitirão à Assembleia da República "fiscalizar directamente a actividade dos serviços com garantias

de segurança e confidencialidade do acesso a matérias classificadas". **TC**

Carta de Amado caiu mal na delegação

►► Carlos Coelho considerou ontem que houve "um equívoco" e um "um exagero de sensibilidade" do ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), Luís Amado, que lhe enviou uma carta aberta – publicada ontem na Imprensa –, na qual criticava a existência de conclusões no relatório preliminar, antes mesmo da reunião com o MNE português.

Coelho explicou ser este o pro-

cedimento normal no Parlamento Europeu e que a nova redacção só continha dois parágrafos, sem qualquer avaliação política nem

alusões a Portugal e à Irlanda cujo MNE foi ouvido na quinta-feira.

Coelho prometeu que o relatório final transmitirá a avaliação da Comissão à acção de cada Estado-membro. Ana Gomes lamentou a recusa de Figueiredo Lopes e Paulo Portas – ex-ministros da Administração Interna e da Defesa de Durão Barroso – em falar com a Comissão e negou que fosse inédito. Os ex-ministros da Polónia também não quiseram, mas na Roménia foram ouvidos ex-governantes e até responsáveis das secretas, disse. **A.M.**